

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.227.850 - RS (2011/0001538-4)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : **IGNÁCIO MICOL VIEIRA E OUTROS**
ADVOGADO : **ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) - DF005939**
ADVOGADOS : **ANDRÉA BUENO MAGNANI MARIN DOS SANTOS - DF018136**
: **MAURO DE AZEVEDO MENEZES E OUTRO(S) - DF019241**
: **RAFAELA POSSERA RODRIGUES - DF033191**
AGRAVADO : **UNIÃO**

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. MALFERIMENTO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 739-A, § 3º, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO.

1. Não é cabível a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.
2. Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte insurgente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão nem outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.
3. A matéria referente ao art. 739-A, § 3º, do CPC/1973 não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem. Desse modo, carece o tema do indispensável prequestionamento viabilizador do recurso especial, razão pela qual não merece ser apreciado, consoante o que preceituam as Súmulas 211 desta Corte e 282 do Supremo Tribunal Federal.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

